



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 1.229, DE 2023**

**(Do Sr. Helio Lopes)**

Inclui o § 3º no art. 273 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para agravar a pena para a venda de remédios abortivos

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PL-3415/2019.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

# PROJETO DE LEI N. \_\_\_\_\_, DE 2023

(Do Sr. Helio Lopes)

Inclui o § 3º no art. 273 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para agravar a pena para a venda de remédios abortivos

Apresentação: 20/03/2023 10:14:38.597 - Mesa

PL n.1229/2023

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 273 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a ser acrescido do § 3º com a seguinte redação:

"Art.  
273 .....  
.....  
.....

§ 3º - Aumenta-se a pena, prevista no art. 273, em dobro, se a venda for de remédios abortivos."

## Justificativa

Atualmente, nota-se um considerável aumento dos usos de remédios abortivos no Brasil. Inclusive, existem inúmeros grupos no telegrama e no whatsapp com o intuito de vender tais remédios, ensinando e prescrevendo esses remédios para mães em todo o Brasil.

O aborto é considerado crime em nossa Legislação Penal. A venda de medicamentos com substâncias proibidas, não autorizados pela Anvisa, também é considerado crime.





**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG

Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL

Seção de Legislação Citada - SELEC

DECRETO-LEI Nº  
2.848, DE 7 DE  
DEZEMBRO DE  
1940  
Art.273

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940-12-07:2848>

**FIM DO DOCUMENTO**